MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.



CNP3: 12.094.570/0001-77

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Mineração Paragominas S.A. ("Paragominas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Paragominas, Pará e foi constituída em 20 de maio de 2010. A Companhia tem por objeto o desenvolvimento de mineração, atividades industriais e comerciais, com o propósito principal de mineração no território nacional, incluindo a prospecção, perfuração, procura, produção, operação, beneficiamento, industrialização, importação, exportação e comercialização de bauxita, seus sub-produtos e outros minerais

e substâncias minerarias em geral.

Em 30 de setembro de 2010 a Companhia adquiriu ativos relacionados a atividades de bauxita da Vale S.A., controladora da Vale Áustria Holdings GMBH, e controladora em última instância da Mineração Paragominas S.A., através do pagamento de R\$ 1.719.374. Em 21 de janeiro de 2011, foi pactuado o primeiro termo aditivo contratual ao Instrumento Particular do Contrato de Transferência de Estabelecimento Empresarial, que através deste. a Companhia efetivou um pagamento complementar líquido de R\$ 59.440. Desembolso este executado em 26 de janeiro de 2011. As reservas localizadas no município de Paragominas, nordeste do Pará, são algumas das

maiores do mundo. Os principais processos produtivos são a mineração, o beneficiamento e o transporte da polpa de bauxita produzida através de 244 km de mineroduto entre sete municípios. Há também a disposição de rejeitos em diques e toda a infraestrutura necessária ao suporte das operações.

As obras de construção foram iniciadas em 2004 para a capacidade nominal inicial de 4,5 milhões de toneladas e as atividades comerciais começaram em março de 2007, com o primeiro lote de polpa de bauxita úmida enviada para Alunorte alimentar suas novas linhas produtivas. Atualmente a capacidade nominal é de 9,9 milhões de toneladas ao ano.

As vendas totalizaram 10 milhões de toneladas de bauxita em 2015, um aumento de 5% em relação ao ano de 2014, quando foram comercializadas 9,5 milhões de toneladas. A qualidade da bauxita foi um ponto de destaque, garantindo a satisfação dos clientes e mantendo a Mineração Paragominas como uma das maiores e mais competitivas no mercado mundial. No decorrer do exercício de 2015 a Companhia atingiu recordes de produção mensal e apresentou melhoras nos seus indicadores de performance financeira e operacional

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 08 de abril de 2016, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembléia de acionistas

Base da Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo. Conversão da moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da diquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas

contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão

incluídas na nota explicativa nº 4. Sumário das Principais Práticas Contábeis

Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as

sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da companhia compreendem "Contas a receber de clientes e partes relacionadas"

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 não havia indicativos de *impairment* envolvendo ativos financeiros.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.3. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou Companhia de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda

por *impairment* incluem: Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.

- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do
- tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às
- dificuldades financeiras.
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa "PCLD". Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perdas, se necessária.